

Ficha de unidade curricular

Curso de Direito (Licenciatura)

Unidade curricular

Introdução ao Estudo do Direito I (1.º Semestre), 1.º ano, turma B

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

Pedro Romano Martinez

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

João Pinto Ramos, Filipa Lira de Almeida, Dina Freitas Teixeira

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

Dar as directrizes básicas e a ideia de Direito aos alunos que iniciam o curso, assim como introduzir os alunos no pensamento jurídico.

Conteúdos programáticos

Em anexo.

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

Além da aproximação à ideia de Direito, da sua finalidade e base dogmática, cabe atender a correntes de pensamento e às fontes para compreensão do fenómeno jurídico.

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

Aulas teóricas e práticas, seguindo o regime geral, a que se aplica o regulamento de avaliação para disciplinas obrigatórias.

Nos termos do disposto no artigo 15.º do Regulamento, a avaliação terá as seguintes componentes:

- a) Uma prova escrita, que corresponde a 50% da nota final;
- b) Outros elementos de avaliação contínua: (i) participação e exposições apresentadas nas aulas práticas, correspondente a 35% da nota final (ii) resolução, por escrito, de uma hipótese nas aulas práticas, à qual corresponde a ponderação de 15%.

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

Segue o regime comum aplicável a disciplinas obrigatórias.

Bibliografia principal

Pedro Romano Martinez, Introdução Estudo do Direito, Imprensa FDUL/AAFDL, Lisboa, 2021 e bibliografia aí indicada.

Anexo

Capítulo I. Introdução

- § 1. Apresentação
 - 1. Noção preliminar de direito
 - 2. Ambiguidade e diversidade terminológica



- 3. Direito como arte ou ciência
- § 2. Natureza social do ser humano
- § 3. Evolução
- § 4. Ordem social
 - 1. Explicação
 - 2. Ordem social e ordem natural
 - 3. Ordem social e ordem técnica
- § 5. Instituições
 - 1. Identificação
 - 2. Tipos
 - 3. Funções
- § 6. Ordem jurídica
 - 1. Sociedade e direito
 - 2. Necessidade do direito
 - 3. Características do direito
 - 4. Funções do direito
- § 7. Direito e Estado
 - 1. Relação entre direito e Estado
 - a) Indicação
 - b) Estado de direito
 - c) Estado social de direito
 - 2. Direito no seio do Estado
 - 3. Direito para além do Estado
 - a) Subsidiariedade do direito
 - b) Diferentes ordens normativas
 - 1) Ordem moral



- 2) Ordem religiosa
- 3) Ordem de trato social
- § 8. Direito e moral
 - 1. Relações entre direito e moral
 - 2. Critérios de distinção

Capítulo II. Ordem jurídica

- § 9. Direito objectivo e direito subjectivo
 - 1. Contraposição
 - 2. Direito subjectivo e situações jurídicas activas
 - a) Direito subjectivo
 - b) Direito potestativo
 - c) Expectativa jurídica
 - d) Poder funcional
- § 10. Norma jurídica
- § 11. Imperatividade e coercibilidade
 - 1. Imperatividade; noção
 - 2. Coacção e coercibilidade
 - a) Coacção física e moral
 - b) Delimitação da coercibilidade
 - 3. Aplicação coerciva de regras jurídicas
 - a) Regime geral
 - b) Excepções
 - 4. Coercibilidade e efectividade de aplicação
 - 5. Regras jurídicas sem coercibilidade
 - a) Identificação
 - b) Ius imperfectum



- c) Soft law
- § 12. Desvalor jurídico
 - 1. Justificação
 - 2. Ilegalidade
 - 3. Ilicitude
 - a) Aspectos comuns
 - b) Abuso do direito
 - 1) Previsão legal
 - 2) Tipos de actos abusivos
 - c) Colisão de direitos
 - 4. Ineficácia
 - a) Inexistência
 - b) Invalidade
 - 1) Enquadramento
 - 2) Nulidade
 - 3) Anulabilidade
 - c) Ineficácia stricto sensu
- § 13. Sanções jurídicas
 - 1. Explicação
 - 2. Modalidades
 - a) Sanções negativas
 - b) Sanções premiais
 - 3. Sanções compulsórias
 - 4. Sanções reconstitutivas
 - 5. Sanções compensatórias
 - 6. Sanções preventivas



7. Sanções punitivas

§ 14. Tutela jurídica

- 1. Justificação
- 2 Heterotutela
 - a) Judiciária
 - b) Arbitral
 - c) Eclesiástica
 - d) Administrativa
 - e) Meios alternativos de resolução de litígios
- 3. Autotutela
 - a) Explicação
 - b) Meios
 - 1) Generalidades
 - 2) Direito de resistência
 - 3) Acção directa
 - 4) Legítima defesa
 - 5) Estado de necessidade
 - 6) Direito de retenção
 - 7) Excepção de não cumprimento
 - 8) Compensação
 - 9) Execução extrajudicial de garantias reais
 - 10) Relações de vizinhança
 - 11) Tomada de posse administrativa da obra
 - 12) Greve
 - 13) Urgência no exercício do direito

Capítulo III. Reflexão filosófica



§ 15. Filosofia do direito

- 1. Reflexão sobre o direito
- 2. Correntes filosóficas
 - a) Jusnaturalismo
 - b) Positivismo
 - c) Novas correntes
- 3. Valores da ordem jurídica
- 4. Finalidades do direito
- § 16. Legitimidade do direito
 - 1. Legitimidade divina versus legitimidade formal
 - 2. Efectividade
 - 3. Legitimação pelo consenso
- § 17. Justiça e segurança
 - 1. Direito e justiça
 - 2. Sentidos de justiça
 - a) Enunciação
 - b) Justiça distributiva
 - c) Justiça comutativa
 - 3. Positivismo e valoração
 - 4. Segurança jurídica
- § 18. Repercussão do tempo nas situações jurídicas
 - 1. Prazos
 - 2. Prescrição
 - 3. Caducidade

Capítulo IV. Estudo do direito

§ 19. Perspectiva global



- 1. Explicação
- 2. Visão estática e dinâmica
- 3. Comparação de sistemas jurídicos
- § 20. Ciência do direito
 - 1. Noção
 - 2. Metodologia
 - 3. Funções
- § 21. Ciências auxiliares
 - 1. História do direito
 - 2. Sociologia do direito
 - 3. Economia
 - a) Relação entre direito e economia
 - b) Análise económica do direito
- § 22. Institutos
 - 1. Identificação
 - 2. Personalidade
 - 3. Autonomia privada
 - 4. Boa fé
 - 5. Responsabilidade
 - 6. Propriedade
- § 23. Sistema
 - 1. Sistema romano-germânico
 - 2. Sistema de common law
 - 3. Outros sistemas
- § 24. Profissões jurídicas

Capítulo V. Fontes do direito



§ 25. Modalidades

- 1. Explicação
- 2. Perspectiva tradicional
 - a) Lei
 - b) Costume
 - c) Jurisprudência
 - d) Doutrina
- 3. Apreciação
- § 26. Fontes elencadas no Código Civil
 - 1. Lei
 - 2. Normas corporativas
 - a) Explicação
 - b) Sentido actual
 - 3. Assentos
 - 4. Usos
 - 5 Equidade
- § 27. Classificação das fontes do direito
 - 1. Fontes internacionais
 - a) Direito internacional
 - b) Direito europeu (União Europeia)
 - 2. Fontes internas
 - a) Fontes imediatas
 - 1) Identificação
 - 2) Remissão
 - b) Fontes mediatas
 - 1) Usos



2) Jurisprudência

- i. Enquadramento
- ii. Assentos versus jurisprudência uniformizada
- iii. Jurisprudência constante e costume jurisprudencial
- 3) Doutrina

§ 28. Costume

- 1. Uso e costume
- 2. Valor dos usos
- 3. Elementos do costume
- 4. Valor do costume
- 5. Relação entre costume e lei

§ 29. Lei

- 1. Noção
- 2. Abstracção e generalidade
 - a) Identificação
 - b) Remissão
- 3. Tipos de leis
- 4. Leis materiais e formais
- 5. Âmbito de aplicação
 - a) Âmbito territorial
 - b) Âmbito temporal
- 6. Publicação
- 7. Estrutura e forma de citação
- 8. Entrada em vigor
 - a) Aspectos comuns
 - b) Vacatio legis



c) Vigência imediata e produção de efeitos

9. Vicissitudes

- a) Impedimentos de vigência
- b) Suspensão de vigência
- c) Rectificações
- d) Declaração de inconstitucionalidade ou de ilegalidade
- e) Repristinação
- f) Alterações e republicação
- 11. Cessação de vigência
 - a) Caducidade
 - b) Revogação